

União forte, a vingança dos parlamentaristas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se os governadores continuarem a fazer pressão pró-presidencialismo sobre os constituintes, os parlamentaristas prometem dar o troco mais tarde, quando for decidida a questão da distribuição de recursos entre Estados e municípios, votando pela manutenção da atual sistemática, que prevê maior concentração nas mãos da União.

A ameaça, nada velada, foi feita pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). "Se os governadores utilizarem o seu poder de pressão para arrebentar com setores parlamentaristas, eu me comprometo a dar o troco, reunindo muitos colegas, na hora da votação da distribuição de renda e fundo de participação para os Estados e municípios", prometeu Sandra, acrescentando que fará questão de que eles continuem tendo de vir a Brasília, "de pires na mão", a cada problema de caixa que enfrentarem. "Vamos arrebentar com eles", foi a ameaça final.

A estratégia usada pelos governadores desagradou a muitos outros parlamentaristas. O deputado Pimenta da Veiga, por exemplo, disse que o governador Newton Cardoso "veio fazer agrados e ameaças, mas mesmo assim ficará com a minoria da bancada". Segundo ele, dos 37 peemedebistas mineiros, 22 são parlamentaristas. O senador José Fogaça, acha que a vinda dos governadores chegou a provocar um Estado de indefinição entre as bancadas de Minas Gerais, Ceará e Pará, que haviam passado a defender o parlamentarismo em função dos cinco anos para Sarney. "Eles ficaram abalados", reconheceu Fogaça, explicando que os reflexos "não foram tão graves" nas bancadas de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

AVALIAÇÕES

Ontem foi um dia de avaliações e negociações. Os presidencialistas se reuniram pela manhã para "avaliar os estragos promovidos nas últimas 72 horas pelo chamado 'acórdão' do parlamentarismo com cinco anos", conforme explicação do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-FE). A conclusão, contudo, foi otimista: será possível alcançar entre 300 a 320 votos a favor da manutenção do atual sistema de governo, acredita Brandão Monteiro, líder nacional do PDT. O PDS dará 23 votos, o PTB 17, o PT 16, o PDT 24, o PFL cem, o PDC três, o PMB um, e o PTR um, totalizando 185 votos. O PMDB deverá ter pelo menos cem votos, segundo dados de Carlos Sant'Anna e Humberto Lucena, o que garantirá a aprovação da emenda. Durante a reunião, uma notícia foi recebida com muito entusiasmo: o senador Jarbas Passarinho, líder do PDS, ligou para Humberto Lucena para garantir que, desmentindo especulações deste fim de semana, vai votar mesmo com os presidencialistas.

Já o senador José Richa (PMDB-PR), parlamentarista convicto, previu ontem que a emenda presidencialista terá no máximo 250 votos na votação de hoje, não alcançando o quórum regimental para sua aprovação. "E 250 votos com muito boa-vontade", salientou. Richa disse depois que a aprovação do

parlamentarismo vai depender apenas do tratamento regimental dado à votação. "Se Ulysses Guimarães votar imediatamente após a derrota da emenda presidencialista, como deve ocorrer, já que as duas são coletivas e têm votação preferencial, a vitória será expressiva", profetizou ele. Seu temor: que Ulysses decida dar 24 horas de intervalo entre uma votação e outra, o que implicaria em "exagerada preferência pelo presidencialismo".

O presidencialista senador Marco Maciel não quis arriscar um prognóstico, por entender que a aprovação ou não do presidencialismo vai depender do quórum no plenário. Se 540 constituintes comparecerem, avalla ele, o presidencialismo passa. As duas correntes estão "extremamente equilibradas", diz Maciel, mas, se o comparecimento for maciço, ainda existe uma "ligeira vantagem" para o presidencialismo.

Já o vice-líder do PFL, Alceni Guerra, informava que o líder do partido, José Lourenço, admitia ontem em conversas com defensores do presidencialismo que essa forma de regime político chega ao fim, hoje, com a aprovação do parlamentarismo. A informação não foi confirmada por Lourenço. Ao contrário: na reunião que teve pela manhã, no Alvorada, com os líderes do governo na Câmara e no Senado, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, ele garantia uma vitória "expressiva" dos presidencialistas.

Alceni Guerra, embora admitindo "a tensão reinante durante todo o dia" no plenário, comemorava discretamente, por antecipação, a mudança de regime de governo. Em conversas com José Richa (PMDB-PR), Alceni ficou a par de cálculos feitos pelo grupo Richa-Covas, dando conta de que, apenas no PMDB, já havia a garantia de um mínimo de 200 votos favoráveis ao parlamentarismo. "É possível sentir mais confiança nos parlamentaristas — analisava ele — enquanto os que apóiam o presidencialismo não conseguem esconder a sua preocupação com o que vai acontecer nesta terça-feira." E concluiu: "Val dar parlamentarismo com cinco anos", lembrando que "os presidencialistas favoráveis aos cinco anos serviram agora de massa de manobra para essa duração de mandato com parlamentarismo, assim como foram massa de manobra os parlamentaristas de quatro anos".

E, em São Paulo, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomás Bastos, avallava: "Eu torço para estar enganado, mas acho que será um erro histórico, nas circunstâncias que o País vive hoje, adotar-se o regime parlamentarista". Mesmo achando que o parlamentarismo "é o regime estruturalmente mais perfeito", com condições de absorver e superar crises, Thomás Bastos se mostrou pessimista, duvidando do êxito desse sistema de governo no Brasil. "Se o parlamentarismo for implantado — disse — será contra o presidente Sarney, e vai funcionar como um pronto-socorro da Nação. Em 61, deu no que deu, e, atualmente, a hipótese de ocorrer o que aconteceu naquela época não pode ser ignorada". A razão: a falta de partidos "fortes", e de uma burocracia sólida, "que suporte a queda de um ministério".

ESTADO

22 MAR 1988

ANC p2

Brossard condena acordos

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, manifestou-se contra qualquer negociação na Constituinte, vinculando a decisão sobre a duração do mandato do presidente da República ao regime de governo. Condenou também a eventual adoção de um sistema híbrido de parlamentarismo e presidencialismo. "O que chama a atenção é a ligação que se tem feito entre o sistema de governo e a duração do mandato presidencial em cinco anos como se se tratasse de uma composição ou uma transação política. É uma pena que questões de excepcional relevância para o País sejam tratadas mais à luz de interesses e preconceitos pessoais do que à luz dos princípios que informam uma ou outra solução", acusou.

Em artigo publicado na edição de ontem do jornal Zero Hora de Porto Alegre, Brossard frisou: "A verdade é que cada sistema de governo tem as suas regras íntimas, regras que dão fisionomia e peculiaridade a um ou a outro sistema. Estas leis não devem e não podem ser impunemente violadas. Bem ao contrário, os seus efeitos deletérios não demoram a revelar-se quando a sua violação ocorre".

"Seja qual for o sistema de governo que se adote, prosseguiu, é preciso haver lealdade aos seus princípios imanentes, às suas regras específicas. Não se misturam essas regras impunemente, não se conjugam esses princípios ao sabor de cada qual, como se eles existissem por mero acaso e que sua adoção ou supressão ou confusão fossem indiferentes ao bom sucesso do sistema preferido."

Observando a relatividade da questão da duração dos mandatos presidenciais, Brossard lembrou que nos países que adotam o parlamentarismo, sendo republicanos, o mandato do presidente da República é mais longo do que a duração da legislatura. Na Itália e na França, por exemplo, citou, a legislatura é de cinco anos, enquanto o mandato do presidente da República é de sete anos, sendo possível a reeleição; na Alemanha Ocidental, os deputados são eleitos por quatro anos e o presidente da República é eleito por cinco anos, também podendo ser reeleito.

"Será por acaso que isto aconteça nesses países, ou existe uma razão para que assim tenha sido disposto?", perguntou Brossard.